

PRESERVAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região e as Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, juntamente com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) firmaram acordo de cooperação que objetiva a organização e análise científica de seu acervo arquivístico de guarda permanente, além da criação do Laboratório de Pesquisa Filológica (FILOJUS) e de centros de documentação e memória.

A cerimônia que formalizou o acordo aconteceu no dia 14/1 na sede do TRF3. “Vivemos hoje tempos de rápidas transformações e muitas inovações. É importantíssima a preservação adequada desse acervo através do qual se conhece um pouco da história de São Paulo e do país, presentes nesses processos”, destacou a presidente do Tribunal, Therezinha Cazerta.

Caberá aos professores da USP a contribuição técnica e científica para o trabalho de organização e análise do acervo, a participação na coordenação do Laboratório de Pesquisa Filológica, a ajuda na implementação dos centros de documentação e memória e o oferecimento de cursos, palestras e treinamentos. “Trata-se de uma oportunidade única para a universidade retribuir à sociedade os seus conhecimentos acumulados. Será maravilhoso para nós, como fonte de pesquisa, ter acesso a um acervo tão rico”, enfatizou o reitor da USP, Vahan Agopyan.

O trabalho no âmbito da SJSP

O acervo de guarda permanente da Seção Judiciária de São Paulo é composto por mais de 250 mil autos judiciais pertencentes ao período de 1821 até 1973. Atualmente eles estão sob a responsabilidade da Seção de Tratamento Técnico do Acervo de Guarda Permanente subordinada ao Núcleo de Gestão Documental (NUGE).



Autoridades presentes na assinatura do acordo (Foto: ACOM/TRF3)

Os documentos antigos necessitam de cuidados específicos para a guarda, conservação e manipulação e não devem ficar expostos em qualquer ambiente. “Trata-se de um tesouro documental que merece tratamento especial. O processo mais antigo encontrado, por exemplo, é uma execução cível originária da Real Fazenda de São Paulo, datada de 1821”, explica a diretora do NUGE, Carmen Lúcia da Silva. O objetivo é minimizar os efeitos da degradação imposta pelo tempo, pelos agentes ambientais e pelo manuseio inadequado, além de garantir a integridade física dos documentos.

O trabalho de organização do acervo será implantado em duas fases através da adoção do critério de corte cronológico. A primeira consistirá no tratamento arquivístico de cerca de 800 processos judiciais pertencentes ao século XIX. A segunda tratará dos processos do início do século XX até o ano de 1937 (cerca de 20 mil processos).

Outro objetivo contemplado pelo acordo de cooperação é a criação do Centro de Memória da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, que permitirá disponibilizar o acervo para consulta por meio da internet, ou fisicamente, quando possível. “A ideia é disponibilizar

esse acervo digitalizado também à população de outras localidades, através das subseções do interior”, explica a juíza diretora do Foro, Luciana Ortiz.

Atualmente, os processos do acervo estão passando pela fase da higienização mecânica (limpeza feita com pincéis, trinchas, flanelas) para retirada de metais (grampos e “bailarinas”), de poeira e de outros resíduos. A próxima etapa será a de catalogação, feita com a utilização do software AtoM (Access To Memory) para descrição de acervos arquivísticos.

O plano de trabalho que compõe o acordo prevê a participação de estudantes do curso de Letras que foram capacitados para atuar na organização do acervo, sob a coordenação dos professores da USP. Estão previstas também a realização de ações educativas e de cidadania, como visitas guiadas, palestras e oficinas para escolas, pesquisadores acadêmicos e público em geral interessado na conservação preventiva de acervos. ■